

Sarney (mc) p. 3

Agora, governar!

Foi preciso ter ameaçados seus sonhos para que o presidente Sarney descobrisse as virtudes de político maranhense que lhe permitiram sobrenadar durante tantos anos de mudança e convulsão política, social e até mesmo militar. A dura derrota que sofreu na votação da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte — quando se estabeleceu um parlamentarismo híbrido e se decidiu que seu mandato seria de quatro anos — despertou no sr. José Sarney o instinto de sobrevivência que parecia adormecido. Ante o perigo e temendo que a implantação do parlamentarismo (seguida da fixação de seu mandato em quatro anos) abalasse ainda mais a posição do Planalto, assaz fraca em decorrência da apuração dos escândalos na Seplan, o presidente partiu para a ofensiva. Mobilizou todo o poder de sedução de que é capaz a Presidência da República, somou-o às pressões que os governadores de estado podem exercer sobre as bancadas federais e não hesitou em marchar lado a lado com o demagogo, fonte de eterna preocupação para os ministros militares, que também tiveram a sua vitória na votação de ontem.

A frente presidencialista, assim, constituiu-se à custa de tudo aquilo que sempre se disse de mal desse sistema de governo — mais do que isso, fez lembrar a famosa frase de Churchill, defendendo a aliança da Grã-Bretanha com a União Soviética para enfrentar o nazismo: para derrotar a Alemanha, estreitaria aliança até com Satanás. O presidente José Sarney teve muitos diabinhos rufando tambores na ala presidencialista: o demagogo (cujo nome não se menciona, como se o sr. Leonel Brizola fosse fantasma, que mete medo sem que ninguém veja), o sr. Luís Ignácio Lula da Silva, os presidencialistas do PFL e muitos governadores do PMDB, que agora respiram, pois a eleição em 1989 lhes permitirá realizar obra profícua em benefício

de suas pretensões. Propositadamente dissemos 1989; à vista da esmagadora maioria obtida pela ala presidencialista, talvez os aliados do sr. José Sarney se convençam, à luz dos últimos e judiciosos pareceres de altos chefes militares, de que o mandato de cinco anos permitirá ao Brasil sair da difícil situação em que se encontra.

A vitória obtida pelo presidente da República não é dessas que se comemora, ponto final. Talvez seja o mais oneroso dos encargos que s. exa. tenha recebido desde que assumiu a Presidência na plenitude das prerrogativas dela. Agora, muito mais do que antes, o País espera que o sr. José Sarney governe e não dívida suas responsabilidades com um partido que não o quer (o PMDB), nem com o procônsul — que jogou tudo para permanecer em evidência como segundo homem da República, quando não primeiro. Malgrado todas as prerrogativas que a Assembléia Nacional Constituinte concedeu ao Poder Legislativo, o sistema de governo continua sendo presidencialista. E, sendo presidencialista, não há mais motivos para que os humores desta ou daquela facção política impeçam o presidente da República de realizar sua política. Daqui para a frente, o sr. José Sarney é único e exclusivo responsável — política, constitucional e administrativamente — pelo que vier a acontecer no Brasil. Não pode mais esconder-se por detrás do “me disseram”, ou do “o dr. Ulysses quis assim”. Vencendo a refrega, o sr. José Sarney viu aumentadas as suas responsabilidades — aliás, a bem dizer as coisas, simplesmente viu reafirmado aquilo que a Nação sempre disse que era seu dever funcional, vale dizer, governar.

Governar, s. exa. sabe disso muito bem, é escolher. Mais ainda, é decidir. Daqui para a frente não será mais possível compartilhar responsabilidades nas graves decisões que a Presidência deverá adotar

para enfrentar o déficit público, pôr as finanças em ordem, enfrentar o poder da oligarquia, desregular a economia, atrair investimentos externos, criar empregos e despertar de novo a esperança. As decisões são do chefe, assim como o ônus do malogro das ações é dele. Foi-se o tempo das contemporizações. O grupo de ministros fiel à amizade curtida ao redor da poire não tem mais o que fazer no governo. O nacionalismo barato dos ulyssistas não pode mais prejudicar a inserção do Brasil na economia da “terceira onda”. O capitalismo moderno não pode mais esperar pelas decisões do segundo escalão para implantar-se e ser realidade. Tudo agora — vale dizer, a construção do Brasil moderno — depende do sr. José Sarney.

A decisão de ontem — esmagadora e desmentindo as previsões de quantos tendem a valorizar o desejo e a desconsiderar demais as raízes fisiológicas da ação política no Brasil deste último quartel de século — pouco alterou do ponto de vista institucional. Os diabinhos que formaram na frente presidencialista não terão peso para criar a situação emergencial dos quatro anos de mandato para o sr. José Sarney. Ao mesmo tempo, a esperança de que fosse possível realizar eleições diretas já, em todos os níveis, para renovação de toda a classe política, parece ter-se apagado. Os fatores políticos mais evidentes da crise desapareceram. Agora é hora de aqueles que formam com o presidente (com seu programa, se tiver um) constituir seu partido, e a oposição fazer o mesmo.

A menos que o acaso intervenha, baralhando os dados do problema, os jogos foram feitos e tudo continua como dantes, isto é, a banca ganhou. Inclusive a desesperança popular é a mesma. Ao governar — se é que conseguirá fazê-lo, vencendo os demônios da solidão, já que os da ambição estão saciados — o presidente José Sarney deverá ter esse fato bem presente.